

Parecer nº 112/99

Data: 1999.07.14

Processo nº 639

Assunto: Pedido de parecer do Director Clínico do Hospital José Maria Grande, de Portalegre, sobre o direito de acesso do Conselho Disciplinar da Ordem dos Médicos ao processo clínico de uma doente, com o fim de instruir processo disciplinar instaurado a um médico.

1 - O pedido

O Director do Hospital acima referido solicitou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) um parecer sobre a legalidade de satisfazer o pedido da Ordem dos Médicos de enviar cópia do processo clínico de uma doente ali submetida a intervenção cirúrgica.

O acesso é solicitado pelo relator de um processo disciplinar que tem por objectivo avaliar a actuação técnica e deontológica de determinado médico.

2 - Apreciação

2.1.O relator do processo disciplinar instaurado pela Ordem dos Médicos não invoca qualquer preceito legal de apoio ao seu pedido. É o Director do Hospital de Portalegre que, por ter dúvidas sobre a possibilidade legal de dar acesso a esse tipo de documentos, vem pedir o parecer da CADA.

De facto, os dados clínicos consideram-se integrados no conjunto de dados pessoais, de acesso restrito a terceiros e o Director do Hospital não está

seguro de que os possa fornecer, mesmo que seja à Ordem dos Médicos e para o fim específico a que se destinam.

2.2.A LADA regula o acesso de terceiros a documentos nominativos e, de entre estes, fixa uma forma especial de acesso a documentos clínicos.

De acordo com o nº 2 do artigo 7º da Lei 65/93, o direito de acesso aos documentos nominativos é reservado à pessoa a quem os dados digam respeito a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal. Impõe o nº 3 do artigo 8º que esse interesse seja comprovado por um parecer favorável da CADA solicitado pelo terceiro que queira exercer o direito de acesso.

Para a Comissão, é pacífico que é detentor de interesse directo e pessoal o terceiro que, através do acesso aos documentos nominativos, possa obter um benefício imediato, como seja o reconhecimento de direitos ou a definição de situações que afectem a sua esfera jurídica.

A alínea a) do nº 4 do artigo 8º permite o acesso mediante autorização escrita da pessoa a quem os dados se refiram e a alínea b) permite também a sua comunicação quando esteja em causa a salvaguarda do interesse legítimo da pessoa a quem os dados respeitam e ela esteja impossibilitada de dar a sua autorização, mantendo-se, ainda assim, a exigência do parecer favorável da CADA. Finalmente, o nº 5 permite também a comunicação dos documentos se eles puderem ser expurgados dos dados não acessíveis.

2.3.Uma análise cuidada dos requisitos descritos conduz-nos facilmente à conclusão de que, tanto no nº 2 do artigo 268º da Constituição da República como no desenvolvimento que a LADA deu ao princípio da administração aberta, é o cidadão que é visado nas suas garantias de administrado e no novo direito de aceder ao acervo de documentos produzidos e detidos pela Administração Pública, outrora ocultados sob a razão “ intransponível” do segredo administrativo.

O objectivo da LADA é permitir aos cidadãos, como regra geral, o acesso aos documentos administrativos e restringi-lo apenas em casos excepcionais.

Transpor todo este conjunto de regras para regular as relações jurídicas institucionais revela-se absurdo.

A LADA regulamenta a abertura da Administração Pública aos cidadãos mas não retirou às instituições nela integradas o dever de colaboração entre si, com respeito obviamente pelas garantias individuais constitucionalmente consagradas (cfr. especialmente os nºs 4 e 7 do artigo 35º da Constituição da República) expressas através de regras próprias, como o segredo profissional e outros tipos de sigilo.

2.4. Assim sendo, a LADA só será invocada se não existirem disposições específicas ou regras mais favoráveis de acesso. A situação que dá origem a este parecer foge, salvo melhor critério, ao âmbito de aplicação da LADA.

O artigo 267º da Constituição, no nº 4 inclui na estrutura da Administração as associações públicas, constituídas para a satisfação de necessidades específicas e proibidas de exercer funções próprias das associações sindicais.

A Ordem dos Médicos, como associação pública tem direito à colaboração institucional dos hospitais quando ali trabalhem médicos (obrigatoriamente associados) e esteja em causa a avaliação da sua actuação sob o ponto de vista técnico e deontológico, avaliação essa para a qual só a Ordem tem competência específica.

Os requisitos exigidos pela LADA, desde o interesse directo e pessoal, ao parecer da CADA que o confirme, sublinham o absurdo que seria sujeitar este pedido da Ordem dos Médicos àquelas regras, para obter os elementos que lhe

são devidos e necessários à sua actuação na defesa de valores que lhe é cometida.

No cumprimento das competências atribuídas pelo n.º 1 do artigo 73º do Estatuto da Ordem dos Médicos compete ao Conselho Disciplinar julgar as infracções à deontologia e ao exercício da profissão médica previstas no Estatuto Regulamentar da Ordem e no Código de Deontologia.

O Estatuto do Médico aprovado pelo Decreto-Lei n.º 373/79, de 8 de Setembro, determina no n.º 2 do artigo 8º, que os processos disciplinares sejam regulados pelo Decreto-Lei n.º 24/84 de 16 de Janeiro, o mesmo que se aplicaria se a eventual infracção se situasse apenas no campo dos deveres do médico como mero funcionário hospitalar sujeito à disciplina da Administração Pública.

Ora, nos termos do n.º 2 do artigo 36º daquele diploma abreviadamente designado por Estatuto Disciplinar, o instrutor poderá ordenar oficiosamente as diligências e os actos necessários à descoberta da verdade material.

O pedido do relator do processo instaurado pelo Conselho Disciplinar da Ordem dos Médicos dá cumprimento a este preceito e deve ser-lhe dada execução.

Refira-se, aliás, que soluções dentro deste mesmo espírito já foram expressas em pareceres anteriores desta Comissão.

No Parecer 107/98, deliberou-se que a questão do parecer prévio da CADA não se coloca nas relações inter-hospitalares quando está em causa o pedido de documentos clínicos feito por um Hospital de Espanha a uma Assembleia Regional de Saúde portuguesa, para pagamento de despesas que lhe são devidas.

No Parecer nº 158/98, foi defendido que devia ser deferido o pedido do relatório clínico de terceiro feito a um hospital pelo médico – chefe da Caixa Geral de Aposentações, ao abrigo do artigo 96º, nº 1, do Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de Dezembro (Estatuto da Aposentação). Nos termos desta disposição, sempre que uma junta médica considera necessário a apresentação de elementos complementares de diagnóstico, poderá a Administração da Caixa requisitá-la aos competentes serviços do Estado que lhos remeterão imediatamente.

3 - Conclusões

Tendo em conta os fundamentos anteriormente expostos, a Comissão delibera emitir o seguinte parecer:

As relações institucionais entre a Ordem dos Médicos e os estabelecimentos da Administração Pública não estão sujeitas ao cumprimento dos procedimentos e requisitos previstos na Lei nº 65/93, de 26 de Agosto.

Como os relatórios clínicos pedidos fazem parte do acervo de provas a apreciar, em processo disciplinar, a actuação de um determinado médico sob o ponto de vista técnico e deontológico, deve ser dado cumprimento ao n.º 2 do artigo 36º do Estatuto Disciplinar e enviado de imediato o relatório clínico pedido ao Director do Hospital de Portalegre.

Lisboa 14 de Julho de 1999

Branca Amaral (Relatora) – *José Magalhães* – *Francisco de Brito* – *José Renato Gonçalves* – *João Labescat* – *Castro Martins* (Presidente)